

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DECOLONIALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: O QUE DIZEM AS RECENTES PESQUISAS ACADÊMICAS?¹

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS, DECOLONIALITY, AND THE TEACHING OF HISTORY AND AFRO-BRAZILIAN CULTURE: WHAT DOES RECENT ACADEMIC RESEARCH TELL US?

Alberto Lopo Montalvão Neto²

RESUMO

O Brasil é um país marcado pela colonialidade, o que implica que há uma série de relações de poder históricas, que subalternizam povos e criam desigualdades sociais relevantes. Nesse cenário, o Ensino de História no âmbito escolar torna-se um profícuo meio de conscientização, caracterizando como um modo de propiciar outros modos de pensar as nossas formas de “ser” e “estar” no mundo. Considerando que estudiosos, educadores e movimentos sociais atuam fortemente para garantir um ensino que valorize a História e Cultura Africana, e que, ao longo dos anos, tais ações culminaram na elaboração de leis, por exemplo, a Lei nº 10.639/03, torna-se relevante compreender como pesquisas, no âmbito da Educação, têm dialogado com práticas decoloniais. Nesse sentido, objetivamos compreender de qual maneira o pensamento decolonial tem influenciado práticas e reflexões, teóricas e metodológicas, a respeito do Ensino de História, com vistas a apontar possíveis desafios, dificuldades e perspectivas diante das colonialidades e de poderes que, historicamente, atravessam e conformam o pensamento do sul global. Para isso, optamos por uma pesquisa do tipo bibliográfica, analisando a produção acadêmica na interface da Educação para as Relações Étnico-Raciais com os estudos decoloniais e anticoloniais, considerando, neste último caso, relações com questões próprias à diáspora africana. Com base em nossos resultados, consideramos que as pesquisas encontradas nesta revisão de literatura ressoam de forma uníssona pelo retomar da História afrodiaspórica como uma forma de possibilitar a justiça social e uma educação antirracista no contexto escolar, apontando ainda que, apesar da existência de leis que visam garantir essa retomada histórica na educação, há muito o que se fazer para a sua efetivação, bem como para que se possa atingir outra consciência social.

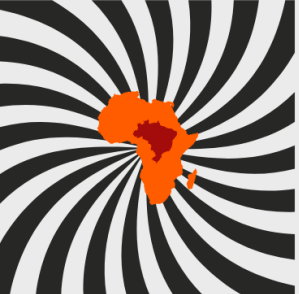
PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. História e Cultura Africana. Decolonialidade.

ABSTRACT

Brazil is a country marked by coloniality, which implies that there are a series of historical power relations that subordinate people and create significant social inequalities. In this scenario, teaching history in schools becomes a useful means of raising awareness, characterized as a way of providing other ways of thinking about our ways of “being” and “existing” in the world. Considering that scholars, educators and social movements work hard to ensure an education that values African history and culture, and that, over the years, such actions have culminated in the

1 O presente estudo é oriundo de Trabalho de Conclusão de Curso (2023) – Licenciatura em História.

2 Professor Adjunto na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Licenciatura em Ciências Biológica pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com período sanduíche na Universidade de Coimbra (UC). E-mail: alberto.montalvao@uftm.edu.br.



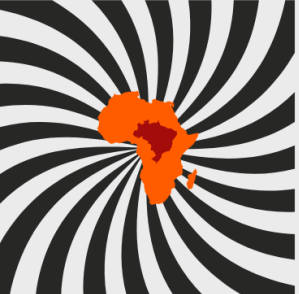
creation of laws, such as Law No. 10.639/03, it becomes relevant to understand how research, in the field of education, has dialogued with decolonial practices. In this sense, we aim to understand how decolonial thinking has influenced theoretical and methodological practices and reflections regarding the teaching of history, with a view to possible challenges, difficulties and perspectives in the face of colonialities and powers that, historically, permeate and shape the thinking of the global south. To this end, we opted for a bibliographical research, analyzing the academic production at the interface of Education for Ethnic-Racial Relations with decolonial and anticolonial studies, considering, in the latter case, relationships with issues specific to the African diaspora. Based on our results, we consider that the research found in this literature review resonates unanimously with the return to Afro-diasporic History as a way of enabling social justice and anti-racist education in the school context, also pointing out that, despite the existence of laws that aim to guarantee this historical resumption in education, there is much to be done to make it effective, as well as to achieve another social consciousness.

KEYWORDS: History Teaching. African History and Culture. Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

Com as discussões fomentadas ao longo dos últimos anos em diferentes âmbitos e esferas, principalmente por grupos de estudiosos, educadores e movimentos sociais, no início do século XXI tornou-se obrigatório o ensino de “História e Cultura Afro-brasileira” nas escolas. Isso ocorreu com a promulgação da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996). De forma geral, tal alteração indica que a temática deve ser tratada no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de modo a dar destaque à “[...] História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional [...]” (Brasil, 2003). Outrossim, tal lei objetiva resgatar “[...] a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (Brasil, 2003.). Tais conteúdos devem ser ministrados principalmente em aulas de Artes, Literatura e História do Brasil.

De acordo com Nunes, Silva e Moreira (2020), o destaque ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira na educação básica se deve ao movimento negro e à sua “[...] luta pelos direitos da população negra e contra o racismo”. Os autores ressaltam que foi no período republicano que “[...] sucederam-se uma série de ações e mobilizações para possibilitar aos afro-brasileiros o pleno exercício de sua cidadania” (Nunes; Silva; Moreira, 2020, p. 2). Como resultado desse processo, no início do século XXI houve uma série de reivindicações que influenciaram o governo brasileiro vigente “[...] a adotar diversas políticas públicas e práticas voltadas para a população negra” (Nunes; Silva; Moreira, 2020, p. 2). Nesse sentido, o texto da Lei nº 10.639/03 trata-se de uma “[...] crítica ao eurocentrismo, uma vez que a proposta central parte da promoção de uma educação

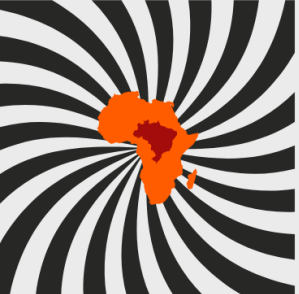


intercultural, provocando uma releitura da história pátria através da adoção da pedagogia decolonial” (Nunes; Silva; Moreira, 2020, p. 3).

Carneiro (2003) aponta que, no Brasil e na América Latina como um todo, houve uma série de violações de direitos por parte dos senhores brancos em relação às ditas “minorias”, como, povos indígenas e negros, e tais violações ocorreram principalmente em relação às mulheres. Assim, ocorreu a construção de toda uma identidade nacional e estruturou-se o que a autora chama de “mito da democracia racial latino-americana”, ou seja, criou-se a falsa ideia de que todos têm iguais direitos, condições de vida e oportunidades. Entretanto, ao olharmos para os limiares da História, observamos que se trata de uma visão deturpada. Assim, para a autora, raça, gênero e classe (social) são fatores indissociáveis e determinantes na construção de nossas sociedades e das desigualdades predominantes.

Diante do exposto, a estruturação da Modernidade nos mostra o quão historicamente esta se centrou em vieses colonialistas e eurocêntricos. Walsh, Oliveira e Candau (2018), ao discorrerem sobre a obra de Dussel (2009), apontam que a Modernidade tem como um de seus pilares uma razão universal, pautada em um etnocentrismo europeu, sendo, portanto, resultante de uma violência colonial. Em outras palavras, há um movimento de negação de tudo aquilo que não se centra nos moldes europeus, apagando outros povos, culturas e conhecimentos, resultando, assim, em um epistemicídio. Soma-se a isso a colonialidade do poder mencionada por Quijano (1992), a partir da qual se compreende que, em meio à ordem capitalista, os modos de vida e as relações de trabalho, bem como a própria produção e compreensão do que é considerado como conhecimento, são perpassadas por relações de poder que advém dessa mesma lógica colonial. Isso se sobressalta principalmente ao observarmos quem são os explorados e quem são os que mais sofrem com as mazelas das desigualdades sociais. Nomeadamente, nos referimos aos descendentes dos povos escravizados, sobretudo os diferentes povos africanos e indígenas que habitam a América Latina.

Considerando a importância cada vez mais ressaltada por diferentes movimentos sociais a respeito de um necessário (re)pensar sobre os contextos que demarcam a História latino-americana e, mais especificamente, a do Brasil; e considerando que os estudos decoloniais têm contribuído para um “giro decolonial” (Zapata, 2018), ou seja, para movimentos de resistência teóricas, políticas, epistêmicas e práticas que se desvinculem de concepções eurocêntricas e permita um emergir de vozes, saberes e fazeres outros; entendemos que se faz profícuo um mapeamento a respeito de como as pesquisas acadêmicas têm (re)tratado a questão. O nosso interesse sobre o Ensino de História se deve ao fato de que cabe a essa disciplina trazer reflexões sobre as relações



étnico-raciais ao cerne da educação, possibilitando, assim, refletir sobre a nossa cultura e identidade nacional. Nesse sentido, neste trabalho objetivamos compreender de que maneira o pensamento decolonial tem influenciado práticas e reflexões, teóricas e metodológicas, a respeito do Ensino de História, com vistas a apontar possíveis desafios, dificuldades e perspectivas diante das colonialidades e dos poderes, que, historicamente, atravessam e conformam o pensamento do sul global.

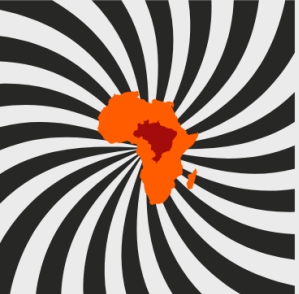
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste estudo, realizamos uma pesquisa do tipo bibliográfica. De acordo com Gil (2008, p. 50), este tipo de pesquisa permite “[...] a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Nesse viés, para a realização do levantamento bibliográfico, seguimos pressupostos de Gil (2008) e nos inspiramos em trabalhos anteriormente publicados (Silva Filho; Montalvão Neto; Rocha, 2020, Montalvão Neto, 2021, Montalvão Neto; Miguel; Justina, 2022, entre outros). Destarte, as discussões expostas pautam-se em uma perspectiva qualitativa e descritiva interpretativa, apontando indícios daquilo que tem sido pesquisado nos últimos anos na relação entre História (e seu ensino) e os estudos decoloniais.

Em nossas buscas, utilizamos uma combinação de palavras-chaves previamente selecionadas. Tal seleção ocorreu por meio de leituras sobre a temática de interesse: Ensino de História e relações com os estudos decoloniais. Nesse sentido, acreditamos que os descritores são representativos das discussões sociais emergentes a respeito da (de)colonialidade, sendo eles, a saber: “diáspora africana”³, “educação decolonial” e “ensino de história”. Assim, as buscas ocorrem na plataforma Google Acadêmico, mais precisamente no ano de 2023, ano de realização desta pesquisa. Essa escolha se deu por considerarmos que esta é uma das principais e mais abrangentes plataformas de buscas da atualidade.

Nosso recorte abrange o período de 2018 a 2022. Esse recorte se deve à nossa hipótese de que questões relativas à decolonialidade e ao racismo têm tomado força nas discussões e

3 De acordo com Fundação Cultural Palmares “[...] é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados [...] nestes fluxos forçados, embarcavam nos *tumbeiros* (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino”. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=53464>. Acesso em: 15 maio 2023.



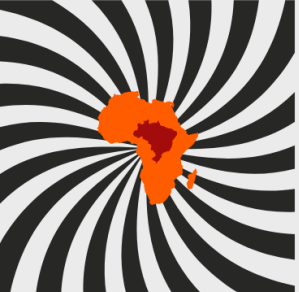
movimentos sociais, principalmente nos últimos anos, o que poderia levar a uma considerável crescente de pesquisadores que têm se debruçado a respeito da temática. Nesse sentido, julgamos como relevante a compreensão dos padrões dessas pesquisas, de modo a entendermos desafios, limites e possibilidades que as pesquisas em Educação têm apontado, sobretudo aquelas voltadas ao Ensino de História.

Como resultado das nossas buscas, foram encontrados 61 textos entre artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações, teses e trabalhos publicados em anais de congressos. Como recorte para a composição do corpus de análise, selecionamos apenas os artigos publicados em periódicos. Essa escolha justifica-se por esses textos serem avaliados por pares e possuírem ampla circulação na comunidade acadêmica. Desse modo, dos 61 textos encontrados, apenas 16 atendiam a este critério. Vale destacar que, ainda que nem todos os artigos selecionados refiram-se diretamente ao Ensino de História, de algum modo, eles remetem-se à importância de se abordar questões interculturais e antirracistas, a partir de um educar para (e por meio) da História dos povos afrodiáspóricos e originárias, remontando, assim, a uma perspectiva contra-hegemônica, anticolonial e que valoriza o sul global em detrimento de perspectivas eurocentradas. Ou seja, ainda que advenham de diferentes áreas do conhecimento, essas pesquisas buscam rupturas por meio de um retomar de nossas origens e ancestralidades, o que coaduna com os atuais objetivos do Ensino de História.

3 O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS?

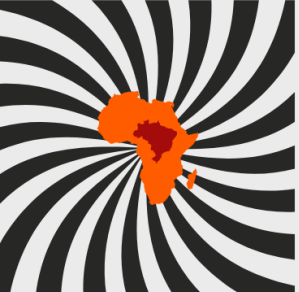
A seguir, os quadros 1 e 2⁴ mostram detalhes a respeito dos artigos científicos encontrados em nossas buscas, organizados a partir de categorias descritivas como: a) título; b) autores; c) local de publicação; d) ano; e) instituição; f) objetivo(s) da pesquisa; g) metodologia; h) conclusões. Com base nessas categorias, refletimos a respeito dos nossos interesses de pesquisa.

4 As informações apresentadas nesses quadros foram sintetizadas por meio de recortes do que foi descrito diretamente por seus autores em seus artigos originais.



Quadro 1 – Dados básicos sobre o corpus de análise

Nº	Título	Autores	Local de Publicação	Ano	Instituição
1	A Educação Básica macaense à luz da lei nº 10.639/03	Danielle F. Nunes, Victória H. dos S. Silva e Leonardo M. Moreira	Revista África e Africanidades	2020	UFF e UFRJ
2	A educação para as relações étnico-raciais no currículo base do território catarinense: pressupostos decoloniais, saberes e práticas	Odair Souza; Valdemar de Assis Lima	Revista Com Censo	2021	PEB Rede Municipal de Palhoça/SC e UFSC
3	Capoeira em diáspora: capturas, insurgências e (re)existências por uma educação decolonial e inclusiva	Norma Silvia Trindade Lima	Revista do Centro de Ciências da Educação (Florianópolis)	2021	UNICAMP
4	Decolonialidade e educação para as relações étnico-raciais: um olhar sobre o racismo e a branquitude na escola	Maria de F. de A. Ferreira, José V. J. de Santana e Rosa de Lourdes A. Verástegui	ODEERE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade	2022	UESB e UEL
5	Desafios das comissões de heteroidentificação na Universidade Federal de São Paulo	Edna Martins, Marina P. de A. Mello, Fábila B. Ribeiro	Revista Contemporânea de Educação	2021	UNIFESP e UNILAB
6	Educação decolonial e antirracista: a importância do pensamento fanoniano	Aldevane de Almeida Araújo	Revista Eletrônica Discente História.com	2020	CETEP e UFRB
7	Educação para as relações étnico-raciais: o projeto Museu de História e Cultura Afro na escola	Vanessa G. de Castro e Thiago R. Tavares	Revista Diálogo Educacional	2021	IFMG e UFJF
8	Formações de professores e a lei 10.639/03: por uma descolonização do (s) saber (es) na escola	Andressa Queiroz da Silva, Flávia R. Lima da Rocha	Revista Em Favor de Igualdade Racial	2020	UFAC
9	História e cultura afro-brasileira e africana: experiência na formação de professores a partir de um projeto de pesquisa-ação	Raphaela R. C. C. Silva e Francione O. Carvalho	Revista Teias	2021	IFRJ e UFJF
10	Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola	Lucilene Rezende Alcanfor, Jorge Garcia Basso	Educação & Realidade	2019	UNILAB e USP



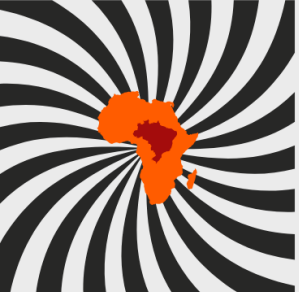
11	Núcleos de estudos afro-brasileiros: duas propostas sobre descolonizar a aprendizagem	Sônia Beatriz dos Santos, Joselina da Silva	Revista Exitus	2020	UERJ
12	O ensino de língua portuguesa na eja em busca de uma educação antirracista: uma proposta de material didático com base no modelo de sequências didáticas	Fernanda Kelly Mineiro Fernandes	Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem	2022	UFMG
13	Os povos bantu e a lei federal 10.639/03 no ensino de filosofia “caminhos possíveis no chão da escola”	Wudson Guilherme de Oliveira	Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação	2022	UFRRJ
14	Por uma educação antirracista: Descolonizar currículos como desafio para a construção da democracia	Maria Virginia Freire dos Santos Carmo	Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama	2020	UFSB
15	Problematizando o eurocentrismo e desconstruindo o racismo por meio de práticas pedagógicas decoloniais e interculturais	Odaire de Souza, Elison Antonio Paim	Revista Catarinense de História	2019	FURG, UFSC
16	Questões acerca do genocídio negro no Brasil	Denilson Araújo de Oliveira	Revista da ABPN	2020	UERJ, UFF

Fonte: Autoria própria, 2024.

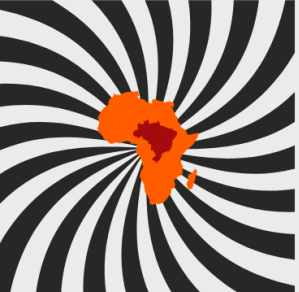
Quadro 2 – Objetivos, metodologias e principais conclusões das pesquisas analisadas⁵

Nº	Objetivo(s) da pesquisa	Metodologia	Conclusões
1	Analisar a efetivação da Lei nº 10.639/03 através de um projeto realizado no Colégio Municipal Engenho da Praia, localizado na cidade de Macaé/RJ	Abordagem qualitativa. Pesquisa exploratória e Aplicada.	A implementação efetiva da Lei nº 10.639/03 não apenas transforma a vida dos estudantes como também contribui para redução da violência e da desigualdade racial no município.
2	Contextualizar a produção de documentos oficiais da Secretaria de Educação de Santa Catarina [...] em relação à implementação da educação para as relações étnico-raciais [...] questionar o eurocentrismo e apresentar possibilidades de trabalhos pedagógicos	Ensaio teórico.	O fato de termos um conjunto de leis e normativas, propostas pedagógicas, cadernos, livros etc., que orientam os docentes em relação a Educação para as Relações Étnico-Raciais, não garante a institucionalização de uma educação antirracista nas escolas do Brasil.

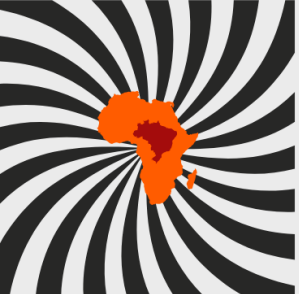
⁵ Os trechos dispostos neste quadro foram extraídos diretamente dos artigos selecionados.



	outros.		
3	Indagar se as práticas culturais que surgiram como resistência ao sistema colonial, como a capoeira, seriam potências para (re)existências, capazes de contribuir com a formação humana e acadêmica decolonial e inclusiva.	Narrativas (auto) biográficas. Ensaio Teórico.	A capoeira evoca aspectos outros de viver, ser e dizer na diferença colonial, impulsionando um alargamento e tensionamento de fronteiras sociais, culturais e epistêmicas.
4	Refletir sobre os efeitos do racismo para a branquitude, procurando mostrar os motivos que denunciam a resistência e as dificuldades e incapacidade da escola de resolver os problemas que o funcionamento desses elementos provocam às relações étnico-raciais.	Ensaio Teórico	A decolonialidade tem sido reconhecida a partir do processo histórico de luta e resistência de movimentos afrodiaspóricos contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, simbólicos e epistêmicos nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola.
5	Apresentar caminhos, desafios e desdobramentos referentes à organização e implementação das bancas de heteroidentificação no sistema de seleção de ingresso de estudantes da UNIFESP.	Relato de Experiência	Tais procedimentos institucionais se mostram indispensáveis nos processos de seleção, na medida em que buscam garantir o direito de ingresso de negros e indígenas nas universidades públicas brasileira.
6	Refletir através da diáspora africana como os pensamentos fanonianos contribuem para a condução de uma educação decolonial e antirracista, para consolidação do protagonismo histórico que a população negra tem, que foi negada e ocultada.	Ensaio Teórico	Estamos no caminho certo para compreender a complexidade como o colonialismo ainda atinge nossa sociedade, como as formas de violências se deram no processo de dominação do intelecto do sujeito e como pensarmos em ações para uma educação decolonial e antirracista.
7	Apresentar o projeto “Museu de História e Cultura Afro”, visando [...] refletir sobre como a simulação de uma exposição museológica na escola pode contribuir didaticamente para o ensino da história e cultura afro.	Relato de Experiência	Metodologias ativas, criativas e participativas, como a simulação de museus juntos aos alunos da educação básica, mostram-se promissoras nos processos de ensino, envolvendo [...] capacidades múltiplas, indispensáveis na formação dos educandos.
8	Compreender a importância das formações para professores da Educação Básica da Lei 10.638/2003, e como têm sido introduzidas e constituídas no processo metodológico de formação [...] refletindo sobre a resistência de implementação e a não efetivação da Lei no ensino.	Análises qualitativas e quantitativas de questionários	A maioria das ações docentes percebidas, são esforços pessoais de profissionais formados na temática EREER, compromissos que partem de princípios individuais, que buscam igualdade racial e combater o racismo do nosso sistema educacional.
9	Apresentar uma possibilidade de capacitação para professores da rede de ensino de Niterói/RJ, oferecendo	Pesquisa-Ação	A maioria dos concluintes do curso de extensão se autodeclararam como negros ou pardos, o que permite concluir que ainda



	recursos para trabalhar a cultura, a história e a memória afro-brasileira nas escolas.		há uma grande parcela de docentes brancos [...] a serem atingidos.
10	Analisar a produção literária infantil e juvenil do escritor Reginaldo Prandi, que aborda a mitologia cultura iorubá no Brasil, apresentando possibilidades de uso como literatura e material didático na escola.	Ensaio Teórico	O ensino de História da África e culturas afro-brasileiras [...] não podem permanecer divorciados de uma perspectiva decolonial, que reconheça, tanto nos seus currículos como nas práticas do cotidiano escolar, as múltiplas identidades.
11	Refletir, numa perspectiva decolonial, sobre experiências de educação antirracista desenvolvidas em dois núcleos de estudos de Relações Raciais em duas universidades públicas.	Relato de Experiência	As propostas buscam se afirmar enquanto projetos acadêmicos e práticas de intervenção do modelo de formação de professoras(es) que se alicerça nas experiências étnico-raciais, culturais e de gênero.
12	Compreender como o trabalho por meio de sequências didáticas pode tornar mais eficiente o processo de aprendizado, ao considerar a linguagem não só como prática social, mas enquanto mediadora do processo de ensino-aprendizagem.	Proposta de Ensino	Este trabalho propõe o enfrentamento da segregação racial por meio do ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos.
13	Apresentar as execuções sustentadas na implementação da Lei Federal 10.639/2003, que alterou o Artigo 26-A da LDBEN, em uma instituição privada de educação [...] do Rio de Janeiro, nas aulas de Filosofia.	Relato de Experiência	Utilizar saberes [...] da Filosofia Africana, em “Aulas/Oficinas” em conjunto com contribuições culturais e linguísticas dos Povos Bantu [...] podem servir como uma ferramenta transgressora [...], um modo de implementação das Leis Federais.
14	Discorrer como a colonialidade opera por meio do currículo e sobre a forma de organização do conhecimento nas escolas [...], apresentando-se como desafio a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.	Pesquisa Bibliográfica e Documental	A forma de compreender o mundo, os conhecimentos e a vida dos povos subalternizados discutidos no cotidiano das escolas, reflete o início de uma caminhada à humanização e ao fim de uma herança colonial.
15	Conceituar e problematizar o eurocentrismo derivado da colonialidade como gerador do racismo no Brasil, e propor a construção de práticas pedagógicas decoloniais e interculturais como possibilidades de desconstrução.	Pesquisa Narrativa (Walter Benjamin)	O professor ao desenvolver outras práticas, perspectivas educacionais e epistemologias, tem a possibilidade de criar espaços epistemológicos interculturais e pedagogias decoloniais diferentes das eurocentradas.
16	Analisar como (o negro como) problema espacial foi inventado, quais os dispositivos espaciais que engendrou e como se tornou inerente à produção	Escrivências (Conceição Evaristo) e análise	Compreender dispositivos coloniais pode ajudar a compreender uma das chaves do negro ser visto como um problema espacial, criar novos instrumentos de luta e romper



social do espaço urbano brasileiro.	bibliográfica	com a lógica eurocêntrica.
-------------------------------------	---------------	----------------------------

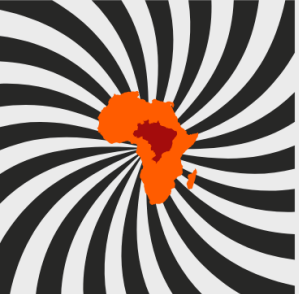
Fonte: Autoria própria, 2024.

De modo geral, percebemos que todas as pesquisas possuem algum enfoque na Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Nota-se que a ERER é, muitas vezes, defendida pelas pesquisas com base na implementação da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003), a qual, como mencionamos, defende o Ensino de História e Cultura africana nas escolas. Também é comum a essas pesquisas o destaque às práticas racistas, discriminatórias e de subalternização que têm perpassado a sociedade brasileira desde a sua constituição.

Em muitas conclusões encontradas nestas pesquisas, percebe-se que são colocadas, como soluções possíveis, o emprego de proposições, práticas e currículos decoloniais, que resgatem a cultura, filosofia e história africana e afro-brasileira. Nesse sentido, identificamos uma defesa quase uníssona em relação à mencionada lei. Todavia, de forma geral, os autores desses estudos apontam que ainda são incipientes as ações adotadas para o cumprimento desta perspectiva legal, principalmente quanto à valorização da História e da Cultura Africana, o que leva a indícios de que vivemos em uma sociedade que ainda tem o racismo como uma de suas bases, incluindo o que toca à Educação.

Além destas observações gerais, entendemos que há uma diversidade de autores nas recentes pesquisas sobre a ERER. Ao todo, identificamos 29 autores envolvidos na publicação dos 16 artigos científicos que compõem o corpus analisado, os quais foram publicados em diferentes periódicos. Ademais, esses pesquisadores estão vinculados a diferentes instituições.

Quanto ao ano de publicação dos artigos científicos encontrados, não encontramos publicações em 2018, ao menos com base nos critérios delimitados para a revisão bibliográfica. Todavia, encontramos 2 pesquisas publicadas no ano de 2019, 6 pesquisas no ano de 2020, 5 pesquisas no ano de 2021 e 3 pesquisas publicadas no ano de 2022. Consideramos que se trata de um baixo número de artigos para que possamos tecer explanações mais profundas. Todavia, temos indícios de que estudos com temáticas decoloniais e antirracistas ganharam destaque em 2020, tratando-se do ano em que iniciou a pandemia da Covid-19 e no qual escancaram-se muitos problemas e desigualdades sociais vivenciadas pelas camadas mais oprimidas da população, nomeadamente, pessoas que habitam as periferias. Isso porque, durante esse momento de crise sanitária e social, essa camada da população não teve iguais condições de existência e subsistência, sofrendo com necropolíticas que vigoraram no período, tal como é apontado por trabalhos

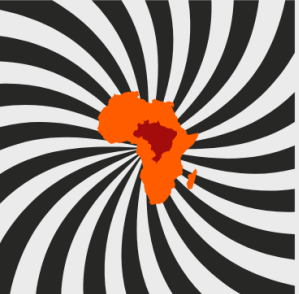


publicados por Montalvão Neto et al. (2021), Montalvão Neto; Moraes; Simas Filho (2021), Montalvão Neto; Silva Filho; Rocha (2021), entre outros.

Das 16 pesquisas encontradas, 11 são de autores que estão vinculados a instituições públicas, mais precisamente universidades, sobretudo da região sudeste. Estas são, nomeadamente: Rio de Janeiro (5 artigos: nº 1, 9, 11, 13 e 16), São Paulo (4 artigos: nº 3, 4, 5 e 10) e Minas Gerais (3 artigos: nº 7, 9 e 12). Ademais, dos artigos encontrados, 5 possuem como um dos autores pesquisadores da região nordeste, mais precisamente da Bahia. Outros dois artigos são de pesquisadores vinculados à instituições do sul do país, mais precisamente Santa Catarina (2 artigos: nº 2 e 15) e Rio Grande do Sul (1 artigo: nº 15). Apenas 1 artigo (nº 8) foi publicado por um pesquisador da região norte do país, mais precisamente no Acre. Vemos, então, uma predominância das pesquisas sobre a temática na região sudeste, algo que têm sido observados em outras pesquisas publicadas pelo autor deste artigo sobre outras temáticas, mas em moldes metodológicos similares ((Montalvão Neto, 2021, Montalvão Neto; Miguel; Justina, 2022).

Quanto aos tipos de pesquisa, observa-se uma variedade de abordagens metodológicas no corpus analisado. Entre elas, podemos nomear: a) Pesquisa Exploratória; b) Pesquisa Aplicada; c) Pesquisa Narrativa – (auto)biográficas e narrativa (na perspectiva de Walter Benjamin); d) Relato de Experiência; e) Pesquisa-Ação; f) Proposta de Ensino; g) Pesquisa Bibliográfica; h) Pesquisa Documental; i) Escrivências (Conceição Evaristo). Trata-se de pesquisas de cunho qualitativo e quantitativo, com diferentes abordagens e concepções. Entre elas, destacam-se os Ensaios Teóricos, com 5 artigos (nº 2, 3, 4, 6 e 10), e os Relatos de Experiência, com 4 artigos (nº 5, 7, 11 e 13). Nota-se, portanto, que há a necessidade de reflexões de cunho prático e teórico a respeito das questões de colonialidade e, consequentemente, relativas à relação decolonialidade e EREER.

Sobre a EREER, mais especificamente no que toca à sua relação com as ressonâncias da Lei 10.639/2003 na Educação Básica, entre os artigos encontrados, vale destacar o que é dito por Silva e Rocha (2020), que apontam que o âmbito do ensino é um meio promissor para esse fim e, sem dúvidas, a formação de professores exerce um papel fundamental nessa questão, já que pode permitir contrapor uma educação eurocêntrica, racista e discriminatória que se apresenta como historicamente predominante. No entanto, apesar de ações importantes referentes à EREER estarem sendo implementadas na educação nacional nos últimos anos, ainda é necessário incorporar uma perspectiva decolonial e, de fato, implementar a lei mencionada nos currículos e nas práticas docentes (Silva; Rocha, 2020).



Outra observação importante se refere à mudança de perspectiva teórica, epistemológica e filosófica que as pesquisas trazem ao cenário acadêmico, sobretudo ao se fundamentarem em vertentes decoloniais, ou seja, que se voltam ao sul global. Como aponta Zarbato (2015) ao relatar sobre a sua própria atuação enquanto pesquisadora, ao longo dos anos, têm sido comuns que, no meio acadêmico, mesmo quando se fale sobre e se defenda as minorias, há a adoção de referenciais teóricos e perspectivas europeias. Em outras palavras, há muitas pesquisas nacionais que têm como referenciais autores europeus, os quais, apesar de exporem muitas ideias e possibilidades, não vivenciam as complexas realidades do sul global. Nesse sentido, ao identificarmos em nossas buscas pesquisas e práticas educacionais com perspectivas decoloniais, inclusive no Ensino de História, compreendemos que, cada vez mais, torna-se necessária a valorização das experiências dos sujeitos, produzindo, assim, saberes em diferentes espaços, principalmente ao considerarmos que esses sujeitos são históricos e também possuem múltiplas histórias.

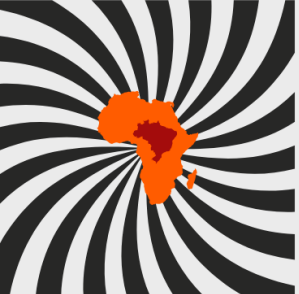
Diante de tais perspectivas apontadas, compreende-se que na pesquisa e no ensino cabe o uso de diferentes fontes, bem como a busca por distintas possibilidades e perspectivas, e, principalmente, por distintos modos de ser, pensar e existir. É desse modo que acreditamos que poderá abrir margens para epistemologias e pensamentos outros, que vão de encontro ao hegemonicamente estabelecido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, objetivamos compreender como as pesquisas em Educação têm incorporado questões decoloniais e antirracistas, e como tais perspectivas têm influenciado reflexões teóricas, metodológicas e práticas de ensino. Nesse sentido, traçamos um panorama do que tem sido pesquisado recentemente na área a respeito da temática de interesse.

Diante dos nossos resultados, ainda que tenhamos encontrado poucos artigos por meio do uso dos descritores selecionados, compreendemos que há uma diversidade de enfoques de pesquisa, ao passo que tais estudos entoam para uma defesa em comum, em busca de um ensino que abranja a justiça e a equidade social. Destarte, há indícios de que têm sido crescentes os estudos que defendem pautas antirracistas e voltados à Educação para as Relações Étnico-Raciais em uma perspectiva decolonial.

Com base nos nossos resultados, entendemos que, ainda que a maioria dos estudos encontrados na revisão de literatura não tenham centralidade e/ou não foquem diretamente no



Ensino de História, vemos um fio condutor que atravessa essas pesquisas, principalmente ao defenderem, com base na Lei nº 10.639/03, um ensino perpassado pela Cultura e História Africana e Afro-brasileira. Vemos, então, que essa lei é uma ressonância e materialização de muitas lutas históricas dos movimentos sociais, bem como de educadores e estudiosos que propõem possibilidades acerca de novas formas de ser/estar no mundo, em um ressignificar das histórias dos povos afro-brasileiros.

Por fim, entendemos que nosso recorte de pesquisa não abrange um leque amplo de questões e possibilidades sobre os estudos decoloniais e antirracistas. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de aprofundamentos teóricos, metodológicos e empíricos sobre a questão de interesse, ampliando, assim, o foco temporal e a abrangência deste estudo, e averiguando possibilidades de compreensão sobre os impactos coloniais, bem como o modo como o pensamento educacional tem sido direcionado a valorizar outras epistemologias, as quais emergiram ao longo dos últimos anos. Todavia, apesar de estudos mais aprofundados sobre a relação entre educação e decolonialidade serem necessários, entendemos que este primeiro movimento analítico provê um parâmetro inicial sobre as recentes transformações no âmbito acadêmico e escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

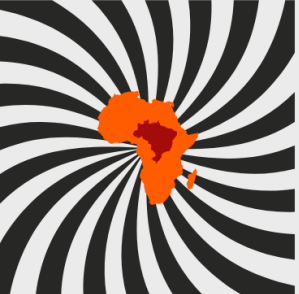
BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: CARNEIRO, Sueli. **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 283-335.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MONTALVÃO NETO, A. L. Livro didático e a produção acadêmica sobre o ensino de genética: um olhar para as publicações no ENPEC. In: E-book VIII ENEBIO, VIII EREBIO-NE E II



SCEB: **Itinerários de resistência**: pluralidade e laicidade no Ensino de Ciências e Biologia. ed. 1. Campina Grande: Realize Editora, 2021, v. 1, p. 3911-3920.

MONTALVÃO NETO, A. L.; MIGUEL, K. da S.; SIMAS FILHO, J. P.; JUSTINA, L. A. D. A Educação de Jovens e Adultos em um cenário de pandemia: reflexões docentes. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, Rio Branco, v. 8, n. 1, p. 352-369, 2021.

MONTALVÃO NETO, A. L.; MORAIS, W. R.; SIMAS FILHO, J. P. Uma abordagem de leitura e escrita no Ensino de Biologia: assunção de autoria e efeitos de sentido sobre a pandemia da COVID-19. **DYNAMIS (FURB)**, Blumenau, v. 27, n. 2, p. 152-174, 2021.

MONTALVÃO NETO, A. L.; SILVA FILHO, J. G.; ROCHA, G. G. S. Notas sobre contextos pandêmicos: Reflexões a partir de políticas de morte representadas na série animada Monster. **Revista Forproll**, Diamantina, v. 5, Ed. Esp., p. 188-208, 2021.

MONTALVÃO NETO, A. L.; MIGUEL, K. da S.; JUSTINA, L. A. D. A produção acadêmica sobre imagens em livros didáticos: um olhar para o ENPEC. **AONDÊ: Revista de Pesquisa em Educação em Ciências e Matemática**, Araras, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2022.

NUNES, D. F.; SILVA, V. H. dos S.; MOREIRA, Leonardo Maciel. A Educação Básica macaense à luz da lei nº 10.639/03. **Revista África e Africanidades**, v. 13, n. 34, maio 2020.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad racionalidad. In: BONILLO, H. (org.). **Los conquistados**, Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. p. 437-449.

SILVA, Andressa Queiroz da; ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da. Formações de professores e a lei 10.639/03: por uma descolonização do (s) saber (es) na escola. **Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco, v. 3 n. 1, p. 2-20, ago./jan. 2020.

SILVA FILHO, J. G.; MONTALVÃO NETO, A. L.; ROCHA, G. G. S. A produção acadêmica sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE) em meio a pandemia da COVID-19: perspectivas e tendências. In: SCHÜTZ, J. A. *et al.* **Escritos de educação**: perspectivas e tendências, ed. 1. Cruz Alta: Editora Ilustração, 2020, v. 2, p. 203-216.

ZAPATA, Claudia. El giro decolonial. Consideraciones críticas desde América Latina. **Pléyade**, Santiago, n. 21, p. 49-71, 2018.

ZARBATO, Jacqueline Aparecida M. Ensino de história, formação docente e saber histórico escolar: reflexões sobre a educação histórica nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 1, jan./jun., 2015.

WALSH, Catherine; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Education Policy Analysis Archives**, v. 26, p. 83-83, 2018.

Enviado em: 24/12/2024

Aceito em: 20/02/2025